

Educação do campo: experiências e desafios na Escola Municipal Rural São Joaquim

Education in the country: experiences and challenges in the São Joaquim Rural Municipal School

Edevaldo Aparecido Souza

Universidade Estadual de Goiás

ediueg@gmail.com

Resumo

Resultado parcial da pesquisa de pós-doutoramento em Geografia pela UFMS-CPTL, este texto trata de projetos direcionados para as iniciativas de práticas educacionais voltadas à proposta de educação do Campo na Escola Municipal Rural São Joaquim, Município de Selvíria/MS. O objetivo da pesquisa foi observar e analisar as experiências que a escola vem desenvolvendo na implantação de estudos pedagógicos que se aproximam da Educação do campo, mesmo sob pressão da expansão do eucalipto e da produção de celulose e das adversidades impostas pela Secretaria Municipal de Educação. A desconstrução do saber tradicional e das práticas socioeducativas camponesas iniciam-se ainda na infância e perpassam as várias fases da vida dos sujeitos que ainda permanecem no campo. Desse modo, a metodologia estabelecida, direcionada pelo método dialético, deu-se a partir de atividades com os alunos do segundo e terceiro anos do Ensino Fundamental, com as professoras dessas séries e com a gestão da escola. Diante das dificuldades postas no lugar, as iniciativas ainda estão longe de alcançar as práticas do paradigma da Educação do campo, sobretudo a partir da Pedagogia da Alternância. Contudo, é inegável o grande o esforço da gestão e de parte dos professores para que a escola cumpra com a sua função social da população local, que são os camponeses e trabalhadores rurais.

Palavras-Chave: Educação do Campo. Escola São Joaquim. Gestão. Função social.

Abstract

As a partial result of a postdoctoral research in Geography at UFMS-CPTL, this text tackles projects which focus on educational practices initiatives concerning Education in the Country at São Joaquim Rural Municipal School, in the city of Selvíria, MS. The research aimed at observing and analyzing experiences carried out by the school in terms of implementing pedagogical-related studies for Education in the Country, despite the pressure caused by eucalyptus and cellulose production and drawbacks from the Municipal Department of Education. The deconstruction of traditional knowledge and peasant socioeducational practices begin early in childhood

and continues through several phases in the lives of subjects who remain in the country. Thus, the methodology established, driven by the dialectic method, consisted of activities with students in the second and third years of Brazilian Basic Education, including their teachers and school managerial staff. Given the difficulties faced in this place, the initiatives are far from reaching the practices from the Education in the Country paradigm, especially when it comes to the Alternance Pedagogy. However, it is worth mentioning the effort made by the managerial staff and part of the teachers so as to accomplish the social function of the local population, namely peasants and rural workers.

Keywords: Education in the Country. São Joaquim School. Management. Social Function.

Introdução

Este texto é resultado da pesquisa executada no pós-doutoramento em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus Três Lagoas (UFMS-CPTL). As investigações deste projeto foram direcionadas para as práticas educacionais de crianças, mais precisamente os alunos do segundo e terceiro anos do Ensino Fundamental, da Escola Municipal Rural São Joaquim, Município de Selvíria/MS.

No entanto, há que destacar o fato de esta escola desenvolver experiências e tentativas de implantação de uma proposta pedagógica que se aproxima da Educação do campo, mesmo sob pressão do capital, pela expansão do eucalipto e produção de celulose e das adversidades impostas pela Secretaria Municipal de Educação. Sabe-se que o capital utiliza-se da educação formal e da mídia para ensinar saberes que reforçam a atual realidade de divisão de classes e desigualdades sociais, com extrema precarização do trabalho e da vida, promovida pelas relações de trabalho e degradação ambiental.

No processo de formação, a partir da Educação formal e das estratégias marketeiras apresentadas nos Meios de Comunicação Social, há uma naturalização das desigualdades sociais que têm por objetivo, dentre outros, a desconstrução do saber tradicional e das práticas socioeducativas camponesas, que se iniciam na infância e perpassam as várias fases da vida dos sujeitos que ainda permanecem no campo e também dos trabalhadores da cidade expulsos das suas pequenas glebas.

Há uma estratégia do capital, nessa construção do saber hegemônico, de se fazer acreditar que a moderna agricultura é socialmente justa, ambientalmente correta e que

permite o desenvolvimento social de qualquer pessoa que de fato tenha interesse em trabalhar. Na verdade, esse pensamento concretiza-se em ações que produzem contradições e desumanidades em todos os lugares em que seus tentáculos se assentam. De acordo com Silva (2015), Os saberes produzidos pela ciência passam a ser verdade absoluta, enquanto os saberes populares são entendidos como incoerentes e desqualificados. Na sua pesquisa a respeito da análise das práticas educativas da COMIGO, fica clara essa estratégia:

Ao fazerem da Tecnoshow tanto o evento do capitalista como do camponês/trabalhador explorado e expropriado, a elite agrícola, por meio da COMIGO, fomenta inúmeras aprendizagens no intuito de ensinar que: a modernização agrícola é economicamente viável, socialmente justa e ecologicamente correta. Até as pessoas que não foram incluídas nesse processo modernizador acabam por entender essa proposta de desenvolvimento agrícola como a mais acertada, pois, o homem dá sentido à sua vida na sociedade a partir das trocas simbólicas que as experiências materiais lhe proporcionaram (SILVA, 2015, p.129).

Nessa perspectiva, compreende-se haver uma relação entre as lógicas das propostas de Educação para o espaço rural com os conceitos do paradigma do capitalismo agrário *versus* o paradigma da questão agrária (FERNANDES, 2005). Na concepção do primeiro, as comunidades tradicionais são estereotipadas de populações atrasadas, em situações de miserabilidade, que constituem empecilho para o desenvolvimento do espaço rural e que precisam evoluir para a condição de empreendedorismo ou para o assalariamento rural. Desse modo, essa corrente de pensamento entende ser irreversível o desaparecimento das famílias camponesas e suas formas de organização, transformando-os em pequenos produtores capitalistas ou em assalariados.

O segundo paradigma compreende o movimento no campo em luta contra o modelo hegemônico de produção. Os movimentos sociais do campo contribuem para que sejam recriadas as comunidades camponesas pelo próprio processo contraditório do capitalismo pelo processo de retomada do território camponês, a reterritorialização. Nesse processo, há também o reestabelecimento e a valorização das práticas socioculturais e socioprodutivas das famílias camponesas, que estrategicamente se apoiam no respeito à terra, à natureza, na coletividade e na solidariedade e sociabilidades que (re)constroem sua existência e sobre as quais a proposta de Educação do Campo tem importante responsabilidade.

Para Fernandes e Molina (2004, p.71), “o capitalismo faz crer que todos são iguais perante o mercado” e, para reforçar essa lógica, estabelece “uma educação rural cuja referência é a do produtivismo, ou seja, o campo somente como lugar da produção de mercadorias e não como espaço de vida” (FERNANDES e MOLINA, 2004, p.63). Corroborando Silva (2015, p.136), ao afirmar que os gestores do agronegócio estrategicamente modelam discursos fortes que tendem a se transformar em verdades absolutas:

Os gestores do agronegócio têm promovido, por diversos mecanismos ideológicos, os símbolos que estruturam a cultura agromodernizadora, pois, quanto mais os símbolos culturais dessa proposta de desenvolvimento tiverem sentidos e significados para a sociedade, aumentam-se, na mesma proporção, as condições de sua reprodução social. Culturalmente se faz acreditar que o modelo de produção agrícola mecanizado, e todos os corolários que lhes são inerentes, é a única proposta viável, e como a educação ocorre, prioritariamente, na aprendizagem das representações simbólicas socialmente pertinentes, as pessoas acabam por aprender o que se ensina como verdades.

No entanto, como contraponto a essa concepção, Fernandes e Molina (2004, p.71) reforçam o debate de um novo paradigma acerca da Educação do Campo:

O movimento por uma Educação do Campo recusa essa visão, concebe o campo como espaço de vida e resistência, onde camponeses lutam por acesso e permanência na terra e para edificar e garantir um *modus vivendi* que respeite as diferenças quanto à relação com a natureza, o trabalho, a cultura e suas relações sociais (FERNANDES e MOLINA, 2004, p.63).

Nesse sentido, os movimentos socioterritoriais lutam por propostas de pedagogias que libertam de uma mente(ira) contaminada pelas ideologias capitalistas de que os problemas do campo estão resolvidos pela produção de *commodities* a partir do modelo do agronegócio.

Desse modo, essa pesquisa teve como objetivo investigar e debater se as práticas educativas têm sido contributo às relações históricas determinadas pelas atividades produtivas na Escola Municipal Rural São Joaquim e nos assentamentos de reforma agrária locais, em que se estruturam a organização da produção material humana, ligada à lógica camponesa, como contraponto à lógica do capital, promovendo enfrentamentos e adversidades nos seus modos de produção e nos modos de vida.

A pesquisa foi realizada a partir de visitas aos pais dos alunos do segundo e terceiros anos do Ensino Fundamental, à escola, para entrevistas com a diretora, às

coordenadoras pedagógicas, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, às professoras do segundo e terceiro anos do Ensino fundamental. Além disso, foram desenvolvidas atividades com os alunos dessas séries.

As atividades nas salas de aula, do segundo e terceiro anos, desenvolvidas sob o método do mapa mental, realizaram-se em quatro etapas para a aplicação da pesquisa. As crianças responderam a duas perguntas em cada etapa, uma na forma escrita e uma, mais importante do ponto de vista pedagógico, na forma de desenhos.

Buscou-se, pela metodologia participativa, estar muito presente na escola, para análises a partir da observação e da percepção e também foi garantida a presença em dois dos quatro trajetos de ônibus/micro-ônibus percorridos pelos alunos¹. A presença no ônibus teve como objetivo observar, perceber e sentir as vantagens e desvantagens que as condições impostas aos estudantes do campo têm de enfrentar cotidianamente.

A pesquisa perpassou um debate teórico na busca de referenciais que contribuam com os temas principais da pesquisa e da Ciência Geográfica, dentre eles, o campesinato e a campesinidade, a modernização do uso e ocupação do território no espaço rural pelas agroindústrias de celulose, as propostas pedagógicas para a Educação formal e para a Educação no/do campo e as práticas socioprodutivas e dos modos de vida camponesa, para a compreensão dos usos e das lógicas sobrepostas nas áreas de assentamentos rurais, a partir das leituras do espaço e do território.

Visando compreender o contexto das práticas educativas nos assentamentos de reforma agrária a partir da construção das desigualdades sociais impostas pelo capitalismo, elegemos o método do materialismo histórico, que possibilita a compreensão da divisão social do trabalho e da luta de classes que favorece a concentração de terras e a necessidade da luta pela terra, pela manutenção nos assentamentos e pela defesa da produção agroecológica. As atividades com os alunos do segundo e terceiro anos foram devidamente autorizadas pelos pais, ao assinarem os Termos de Consentimentos que estão em posse do pesquisador, de modo que, a cada pai ou mãe foi entregue uma cópia.

Educação do Campo e práticas educacionais como contributos para a permanência dos camponeses no campo

¹ Além dos ônibus, há também quatro kômbis, que fazem outros quatro trajetos de transporte dos alunos.

De início, faz-se necessário promover o debate sobre a Educação no/do Campo como ação pedagógica alternativa de construção das práticas educacionais nos assentamentos, que objetiva priorizar as práticas socioprodutivas e culturais camponesas. Segundo Jesus (2010, p. 134), “essa prática pedagógica propõe uma ação articulada com o meio social e profissional da realidade camponesa”, o que se contrapõe ao modelo de formação ideológica do capital e revela as contradições e desigualdades sociais promotoras também do esvaziamento do campo e da reconcentração de terras.

A partir dessa perspectiva, estão postos no espaço rural paradigmas diferenciados quanto aos modelos de campo e de educação para os sujeitos com práticas socioprotutivas no campo: a Educação Rural e a Educação do Campo. “Historicamente o conceito de educação rural esteve associado a uma educação precária, atrasada, com pouca qualidade e poucos recursos, parte intrínseca daquele paradigma do rural tradicional [...] visto como inferior, arcaico” (FERNANDES E MOLINA, 2004, p.61).

[...] a Educação do Campo precisa recuperar toda uma tradição pedagógica de valorização do trabalho como princípio educativo, de compreensão do vínculo entre educação e produção e de discussão sobre as diferentes dimensões e métodos de formação do trabalhador, de educação profissional, cortejando todo esse acúmulo de teorias e de práticas com a experiência específica de trabalho e de educação dos camponeses (CALDART, 2004, p.32).

Desse modo, as transformações no campo, sob a égide do paradigma do capitalismo agrário, a partir da modernização tecnológica na agricultura alteraram profundamente as formas produtivas tradicionais e também promoveram profundas metamorfoses nas relações socioculturais e ambientais nos territórios camponeses.

Nesse sentido, além da realização da pesquisa, foram desenvolvidas oficinas para os professores e gestores da escola do Campo São Joaquim, com o objetivo de apresentar propostas de pedagogias libertadoras com temas que constroem, conforme Caldart (2004), o paradigma (contra-hegemônico) da Educação do Campo, ou seja, a construção de teorias, concepções, conceitos e ideias de interpretação da realidade que potencializa a tomada de posição para a construção do saber local.

Isso quer dizer que é preciso pensar a Educação dos filhos de camponeses numa perspectiva político-pedagógica que atenda aos interesses sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais desse grupo social, gestado sob o ponto de vista desses

sujeitos e para as suas necessidades e interesses, e que atendam à realização das perspectivas estabelecidas em suas trajetórias de luta e organização.

A Escola do Campo São Joaquim está inserida no contexto da monocultura do eucalipto, haja vista que, no entorno dos três assentamentos de Selvíria e fazendas em que há alunos da escola, verifica-se a presença de grandes áreas com plantação de eucalipto como matéria-prima para a agroindústria de celulose.

Na questão do complexo eucalipto-celulose-papel, a região Leste de Mato Grosso do Sul, o chamado vale da celulose, tem sido palco de grandes transformações e conflitos territoriais. De acordo com Almeida (2012, p.18), trata-se de “duas atividades impactantes, uma é a monocultura e, a outra, é a fábrica que extrai a celulose e faz o branqueamento” (ALMEIDA, 2014, p.12). Em 2008, de acordo com Almeida (2012), a microrregião de Três Lagoas, que abrange os municípios de Brasilândia, Água Clara, Ribas do Rio Pardo, Selvíria e Três Lagoas, constitui-se como território de concentração de plantio de eucalipto, controlado, neste período, pela Fíbria e pela Eldorado Brasil.

Essa concentração acirra ainda mais os conflitos. A luta transcende a questão da terra e passa a ser uma luta por territórios, “pues, la tierra, en disputa, revela su condición de territorio como portador de recursos naturales y materias primas indispensables para la expansión del agronegocio [...]” (ALMEIDA, 2012, p. 23).

Entende-se, a partir da discussão de Almeida (2014), que o debate marxista, na questão do papel do campesinato e da agroecologia, pensando na construção de uma sociedade justa, obriga-nos ao comprometimento da defesa da (re)criação da agricultura familiar camponesa e da produção agroecológica. Aliado a essas duas temáticas, outro debate se faz extremamente importante, como as disputas territoriais entre as lógicas camponesas e o agronegócio: as práticas educativas que estão postas para as crianças e os jovens nos assentamentos.

De acordo com Souza (2010), em escolas do espaço urbano de áreas com forte produção do agronegócio, os camponeses têm sido símbolo de atraso, caipiras, representados em livros didáticos e atividades culturais como festas juninas, por meio de estereótipos de pessoas mal vestidas, desajeitadas e “atrasadas”, ligadas ao passado.

Realidade ainda pior é saber que, em muitos livros didáticos utilizados nas escolas rurais, esses conteúdos estão presentes, conscientizando as crianças camponesas de que elas precisam estudar para sair do campo e buscar atividades profissionais na cidade. Nessa

perspectiva, Souza entende que “esses fatos contribuem para os alunos camponeses perderem a identidade e os vínculos com o seu território e buscarem o espaço urbano para fixarem definitivamente sua moradia, contribuindo para o esvaziamento do meio rural” (SOUZA, 2010, p.24).

Almeida (2015), contra-argumenta essa leitura do campo como lugar da pobreza e do atraso e aponta duas questões que foram ignoradas:

Uma diz respeito à insuficiência do principal critério utilizado para definir o público, qual seja a renda. A economia doméstica que predomina nas unidades de produção familiares no campo não pode ser medida pelos elementos da economia capitalista urbana, a exemplo do salário, lucro e renda. Há um componente, geralmente esquecido, que se refere ao fato de estas serem unidades de produção e de consumo, logo, produtoras de sua própria existência [...]. Não se trata de ignorar as dificuldades no campo, mas de atentar para uma possível pobreza/miséria superestimada em virtude da não consideração da economia doméstica. (ALMEIDA, 2015, p.6).

Além dessas questões, a Educação do Campo também “combina com reforma agrária, com agricultura camponesa, com agroecologia popular” (CALDART, 2004, p.23). Fernandes e Molina (2004, p.64) compreendem que “a Educação do Campo pensa o campo e sua gente, seu modo de vida, de organização do trabalho e do espaço geográfico, de sua organização política e de suas identidades culturais, suas festas e seus conflitos [...]” (FERNANDES E MOLINA, 2004, p.64).

Pensa-se um projeto de educação dos e não para os camponeses. A Educação do Campo se identifica pelos seus sujeitos. Educá-los de forma que assumam a condição de sujeitos e a direção dos seus destinos. Os projetos pedagógicos ou político-educacionais poucas vezes foram elaborados com e pelos sujeitos do campo (CALDART, 2004).

O trabalho forma/produz o ser humano. A Educação do Campo precisa recuperar toda uma tradição pedagógica de valorização do trabalho como princípio educativo, de compreensão do vínculo entre educação e produção e de discussão sobre as diferentes dimensões e métodos de formação do trabalhador, de educação profissional, cortejando todo esse acúmulo de teorias e de práticas com a experiência específica de trabalho e de educação dos camponeses (CALDART, 2004, p.32).

As escolas no/do campo precisam dialogar com o calendário agrícola, com as práticas de manejo agropecuárias, com as práticas coletivas como os mutirões, com os laços de solidariedade e sociabilidades, com as atividades agroecológicas e a organização em torno de atividades culturais relacionadas às relações de trabalho.

Esses elementos das práticas socioprotutivas e culturais devem estar implícitos no ensino/aprendizagem da educação no/do Campo. Também devem fazer parte dos conteúdos pedagógicos as formas de organizações sociais, a luta pela terra e para permanência na terra, a produção agroecológica e as contradições dos modos de produção não capitalista como contraproposta à lógica do capital.

Partiu-se do pressuposto de que a proposta pedagógica hegemônica, imposta pelo Estado e pela mídia, a serviço dos interesses do capital, tem sufocado a pedagogia do saber-fazer camponês, ligada às práticas herdadas de várias gerações, mas que o tempo, a educação formal e o discurso do capital têm se encarregado de colocar no esquecimento ou no descrédito. Por isso, a necessidade de elaborar e aplicar pedagogias específicas aos filhos dos camponeses, como a alternância.

Segundo Jesus (2010, p.144), “as experiências com a Pedagogia da Alternância têm sido uma tentativa de efetivar um projeto de educação que possua uma proposta embasada na realidade do camponês”. Essa pedagogia tem por objetivo construir uma proposta de educação vinculada à realidade social e modos de vida camponesa “[...] os educandos permanecem alguns dias na escola e alguns dias junto às famílias e comunidades, aplicando os conhecimentos adquiridos no tempo escola. Essa pedagogia se baseia em um período de duas semanas ou uma semana na Escola, na família e na comunidade, alternadamente” (JESUS, 2010, p.145).

Entende-se que o saber é construído historicamente e socialmente, possibilitando aprender fatos novos, por meio da aprendizagem dos discursos, das teorias postas e dos acontecimentos no dia a dia, que contribui para a construção de sociedades, universal ou local, a partir das lógicas relacionadas aos projetos pedagógicos implantados.

Nessa perspectiva, há um debate, nas diferentes instâncias de participação onde a pesquisa se fez presente, sobre a Educação no/do Campo, da construção das práticas educacionais nos assentamentos, que objetiva priorizar a produção agroecológica e valorização dos modos de vida camponesa.

Escola São Joaquim: experiências da Educação do Campo e as múltiplas dificuldades impostas

Conforme entrevista com a direção da Escola Municipal Rural São Joaquim em 2016, essa escola surgiu em 2010, a partir de reivindicação dos assentados junto à

Prefeitura de Selvíria, principalmente do Assentamento São Joaquim, tão logo tenha sido criado o assentamento. De início, a escola recebeu a denominação de outra escola existente, constituindo uma extensão, com o nome de Escola Nova Esperança Polo, depois, Escola municipal Rural São Joaquim, Polo em Extensões, em 2010, após as reivindicações dos assentados, no prédio onde era a sede da Fazenda São Joaquim. A nova escola foi construída em 2015, via ação social da empresa Eldorado Brasil.

Os benefícios dessa nova escola referem-se basicamente ao espaço físico, mas são fruto da continuidade das reivindicações dos assentados, já que a sede da fazenda era insuficiente e fora dos padrões para uma escola. Atende além do Assentamento São Joaquim, também os Assentamentos Canoas e Alecrim e ainda famílias de trabalhadores assalariados nas fazendas do entorno. É um prédio novo, amplo, mas ainda faltam salas de aula, visto que há trabalhos com as três modalidades, Ensino Infantil, Fundamental e Médio. É evidente que um dos maiores benefícios é o fato de os alunos terem a escola mais perto de casa e não precisarem se deslocar até a cidade.

Em setembro de 2015, foi realizada uma primeira visita ao Assentamento São Joaquim e à Escola Municipal do Campo São Joaquim, no Município de Selvíria/MS, para reconhecimento e levantamento das primeiras informações sobre o assentamento e a escola. Foi um primeiro contato (reunião) com a direção da escola. No entanto, a ação dos professores e alunos limitou-se à observação, de modo que a conversa om ambos foi planejada para uma próxima visita. Também foi possível conversar com alguns dos assentados, que exercem lideranças, formal ou informal, no assentamento.

Em outubro de 2016, iniciaram-se as atividades da pesquisa na escola, bem como no assentamento, com as visitas aos pais dos alunos que fizeram parte da pesquisa para apresentação do projeto, esclarecimentos e autorização por meio da assinatura no Termo de Consentimento. Também foram realizados os primeiros contatos com os alunos do segundo e terceiro ano do Ensino Fundamental.

A programação de atividades da pesquisa com os alunos, ainda em 2015, não foi possível pelo fato de estarem no final das atividades do ano letivo. Essa atividade ficou para o início do ano letivo de 2016. Por outro lado, as atividades com a programação de uma oficina de Educação no/do Campo com professores do Bolsão Sul Matogrossense transcorreram conforme o planejado e essa oficina foi ministrada no início de dezembro

de 2015 (Figura 1). Também nesse período analisamos os materiais didáticos utilizados em sala de aula.



Figura 1: Oficina de Educação do Campo para professores de escolas do campo do Bolsão Sul Matogrossense.

Fonte: SOUZA, Edevaldo A., 2015.

De acordo com a diretora, há a proposta de reformulação do Projeto Político Pedagógico. A luta pela mudança na matriz curricular é intensa para implantação de Educação Básica do Campo nessa escola. O eixo temático que diferencia da Base Nacional Comum é Terra, Vida e Trabalho que, em 2016, foram apresentados como disciplina independente, antes trabalhada em Ciências, no Ensino Fundamental, e Biologia, no Ensino Médio.

No entanto, segundo a diretora, é preciso desenvolver atividades amplas, não somente dentro da escola, com produção de hortaliças e roça, mas que se estendam à comunidade, como o Projeto de recuperação das nascentes, em parceria com a UFMS, preservação do Cerrado, oficinas dos frutos do Cerrado, como conteúdos desta disciplina, e também da Geografia Agrária e, transversalmente, dentro das outras disciplinas.

Geografia Agrária, ao lado de Geografia, foi outra conquista que se iniciou em 2016, assim como História dos Movimentos Sociais, junto com a História e História Afro-Brasileira, tanto no Ensino Fundamental, como Médio. As mudanças estão acontecendo passo a passo, mas precisa de persistência nas reivindicações.

Os pais sempre atendem a convites para reuniões e festas, com o objetivo de integrar escola e comunidade, mas ainda é preciso uma participação maior da

comunidade e é o que se pensa com essa reformulação do PPP, cujo objetivo é implementar cursos profissionalizantes, em que os próprios pais possam ensinar as crianças determinados ofícios.

Há ainda alguns problemas, embora, segundo a diretora, estejam diminuindo. Um deles é o transporte escolar, que não é de boa qualidade. São seis ônibus/micro-ônibus e há as kômbis, duas da Prefeitura e outras terceirizadas. São veículos que prestam assistência, em função das péssimas condições das estradas. A quadra de esportes ainda não está coberta e o sol, no período de aula, é muito forte, levando os alunos a desenvolverem atividades embaixo das árvores. A sala de informática também precisa de manutenção dos computadores, visto que poucos estavam funcionando.

Há, em todo o final de ano letivo, uma dificuldade de planejamento para os anos subsequentes, devido à grande mobilidade de professores e alunos, ou seja, alguns professores são substituídos de um ano para outro, sem possibilidade de previsão do quadro docente do ano seguinte. Essa questão também interfere na formação dos professores.

Se a gente conseguisse implantar um número de professores com formação, principalmente voltado para Educação do Campo, facilitaria muito, tanto o trabalho da gestão quanto o trabalho interdisciplinar-ensino/aprendizagem [...]. Muito pouco desses nossos professores tem essa formação da Educação do Campo e muitos ainda pouco conhecem, porque a maioria daqui são professores da zona urbana [...]. Temos uma parcela de professores que moram no assentamento ou nas fazendas, mas é muito pouco. Então, essa instabilidade dessa continuidade do quadro [de professores] ele ainda é deficiente na Escola São Joaquim, porque acontece ou por processo seletivo ou por contratação (Informação Verbal²).

Por esses motivos, a direção e as coordenações pedagógicas (uma do Ensino Fundamental e outra do Ensino Médio), precisam, todos os anos, esperar até o início do ano letivo para fechar o quadro de docentes e, por vezes, as aulas começam sem que o planejamento esteja totalizado. De fato, em 2016 as atividades puderam ter início somente no mês de março, por conta da demora da Secretaria de Educação em definir o quadro de professores.

Também no quadro docente há mudanças, por conta da mobilidade de emprego das famílias assalariadas no campo. Os pais mudam de fazendas e os filhos acompanham-nos. Uns vão, outros chegam. Esse fato já era realidade, haja vista ser uma

² Entrevista realizada em maio de 2016

região de grandes propriedades e um grande contingente de assalariados nas fazendas de gado. No entanto, com a expansão da produção de eucalipto, a mobilidade populacional de trabalhadores tornou-se ainda mais intensa.

São 55 alunos matriculados no segundo (27) e terceiro (28) anos, sendo que 48 estão frequentando regularmente. As visitas aos pais foram realizadas em quatro etapas, uma vez que as fazendas onde residem os alunos são esparsas e nem sempre os pais se encontravam na primeira visita, tendo que retornar depois. Também nos assentamentos foram necessários alguns retornos.

Outra experiência importante para compreender o processo de ensino/aprendizagem foi realizada em abril de 2016. Nesse dia, o pesquisador percorreu o trajeto casa-escola-escola-casa dos alunos dentro do micro-ônibus, o mais longo dessa escola, perfazendo diariamente um percurso de 121 quilômetros até a última propriedade, local onde reside o motorista. Na Fazenda Canaã, uma das últimas dessa rota, existem vários retiros que empregam algumas famílias e, conseqüentemente, alguns alunos moram nessa propriedade, mas ainda não é o último ponto de parada para alunos.

O aluno mais distante da escola reside a aproximadamente 100 quilômetros e percorre o trajeto, ida e volta, em 6 horas dentro do veículo escolar, muito além do tempo em que fica na escola que é de 5 horas (4 horas e 30 minutos em sala de aula). Sai de casa, aproximadamente 5 horas e 30 minutos, horário Brasília (para isso o motorista tem que sair às 5 horas de casa), chega à escola aproximadamente 8 horas e 30 minutos para estudar. Às 13 horas e 30 minutos é o retorno chegando em casa por volta das 16 horas e 30 minutos, às vezes 17 horas, quando não há problemas com o veículo.

Mais um percurso, este, mais perto, foi com um ônibus que faz o trajeto do Assentamento Canoas e fazendas próximas (Figura 2). Foram experiências impressionantes para compreender e sentir concretamente as dificuldades, bravuras e a persistência desses alunos para exercer o direito de estudar. Ao todo, são dois ônibus, dois micro-ônibus e quatro kômbis (Figura 3).



Figura 2: Alunos no interior do ônibus no trajeto de retorno da escola para casa
Fonte: SOUZA, Edevaldo A., 2016.



Figura 3: Os ônibus e micro-ônibus estacionados no pátio da escola
Fonte: SOUZA, Edevaldo A., 2016.

Uma atividade peculiar e valiosa foi a realização da “1ª Feirinha da agricultura familiar” com alunos do 1º ao 4º anos do Ensino Fundamental da Escola do Campo São Joaquim. Os alunos trouxeram alimentos *in natura* e processados de casa para serem vendidos no pátio da escola (Figura 4) a baixo custo, a maioria a um real. O valor arrecadado ficou para as demandas da escola. A feira ocorreu no dia 14 de junho de 2016 e a professora de raciocínio lógico coordenou e executou o projeto.



Figura 4: Alunos na organização e execução da 1ª Feirinha
Fonte: SOUZA, Edevaldo A., 2016.

Essa atividade foi avaliada muito positivamente por todos os professores, pelos alunos e pela gestão. A avaliação foi a de que a Feirinha deve ter continuidade e também pode servir de exemplo para outras escolas do campo, como uma forma de valorização da produção do campo e de aumentar a autoestima das crianças pelos produtos/alimentos da roça.

Uma atividade também muito importante foram as oficinas sobre a Educação no/do Campo a partir do Projeto de extensão para os professores e gestores da Escola São Joaquim. Esse projeto previa a ministração de 13 oficinas ao longo de 2016, com objetivo de pensar ações pedagógicas alternativas de construção das práticas educacionais relacionadas à questão do campesinato, valorizando o comprometimento da defesa da (re)criação da agricultura familiar camponesa e da produção agroecológica.

As oficinas objetivaram apresentar e debater sobre as práticas educativas nas áreas rurais com escolas do campo, que perpassam instituições diversas e antagônicas de modelos de construção do saber, reforçando (ou não) a continuidade da produção e do modo de vida camponês, pautado em valores de defesa do Cerrado e da produção agroecológica.

Desse modo, o Projeto de Extensão “Formação continuada de Educação no/do Campo para professores e gestores da Escola Municipal Rural São Joaquim – Selvíria (MS)” iniciou-se no mês de abril de 2016. No primeiro semestre, foram ministradas: a primeira oficina, no dia 19 de abril, com o tema “Educação no/do campo: concepções teórico-metodológicas e político-ideológicas”, pelo Prof. Dr. Rodrigo Simão Camacho (Figura 5).

A segunda oficina foi no dia 20 de abril, ministrada pela Profa. Dra. Mirian Lange Noal, com o tema “Educação no/do campo - princípios e temas”; a terceira, ministrada pela Profa. M.a. Eliana Menossi da Silva Floriano, ocorreu no dia 04 de maio, com o tema “A Educação no/do campo e a relação campo-cidade”; a quarta, no dia 7 de junho, com o tema “Leitura em meios populares: uma abordagem campo-cidade”, ministrada pela Prof. Dra. Ana Lucia Espindola; dia 22 de junho foi a quinta, ministrada pelo Prof. Dr. Edevaldo Aparecido Souza, com o tema “Educação do/no campo e as relações socioculturais”; e a sexta foi ministrada pelos Professores M.e. Mieceslau Kudlavcz e M.e. Mariana Santos Lemes, sobre a “Educação do/no campo e currículo”.



Figura 5: Atividade prática na oficina ministrada pelo Prof. Dr. Rodrigo Simão Camacho
Fonte: SOUZA, Edevaldo A., 2016.

As oficinas prosseguiram no segundo semestre de 2016, no entanto, as atividades de Pós-Doutorado encerraram no mês de julho, ficando a cargo de outra pessoa, a coordenação das atividades futuras deste projeto.

Considerações Finais

A experiência desse tema e do contato com os assentados do Projeto de Assentamento São Joaquim e com professores, gestores e alunos da Escola do Campo São Joaquim foi marcante para o crescimento intelectual e pessoal. Além das leituras, foi possível compreender as necessidades, os anseios e as dificuldades enfrentadas, tanto das famílias assentadas, como dos sujeitos que fazem a escola do campo.

Foi fundamental o aprendizado com os alunos do segundo e terceiro anos do Ensino Fundamental, tanto em sala de aula como no trajeto casa-escola, das trocas de ideias com os professores, servidores, inclusive os motoristas dos ônibus, micro-ônibus e kômbis que transportam os alunos.

Entretanto, outros aprendizados foram se incorporando a partir das atividades com os colegas pesquisadores do Laboratório de Estudos Territoriais (LABET) e do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET), sobretudo as orientações da Profa. Dra. Rosemeire Aparecida de Almeida, supervisora nesse estágio de Pós-Doutorado.

Com relação às atividades na escola, é fato que, diante das dificuldades postas no lugar, as iniciativas ainda estão longe de alcançar as práticas do paradigma da Educação do campo, sobretudo a partir da Pedagogia da Alternância. No entanto, é inegável o grande esforço da gestão e de parte dos professores para que a escola cumpra sua função social com a população local, que são os camponeses e trabalhadores rurais.

Com quase 400 alunos em todas as séries, 27 estavam matriculados no segundo ano em 2016, dois foram transferidos, e 28 no terceiro ano, sendo que somente 23 estavam frequentando as aulas. Dentre as dificuldades estão o material didático imposto pela Secretaria Municipal/Prefeitura, que adotaram para todas as escolas do município, rurais e urbanas, o apostilado Positivo. No entanto, a Escola São Joaquim utiliza como material de apoio, além de outras pesquisas, o livro *Novo Girassol: saberes e fazeres do campo*, disponibilizado pelo governo federal, um material muito bem apropriado para escolas do campo.

A direção da escola tem incentivado os professores e gestores a se qualificar nos conteúdos pedagógicos da Educação do Campo. Alguns dos professores e as coordenadoras pedagógicas cursaram o *Latu Sensu em Educação do Campo* da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus Três Lagoas, bem como oficinas foram oferecidas na própria escola. No entanto, nem todos participaram de ambos, haja vista o não comprometimento com a proposta pedagógica e não constroem uma consciência sobre o que é Educação do campo e como é educar/ensinar crianças do campo.

Outra dificuldade levantada é quanto ao rodízio de professores de um ano para o outro e, por isso, professores já preparados para contribuir com uma educação voltada aos sujeitos do campo podem não estar mais no quadro docente nos anos seguintes.

Desse modo fica evidente o grande esforço da gestão e de grupos de professores para que a Escola Municipal Rural São Joaquim cumpra com sua função social que, nesse caso, é a de contribuir para um aprendizado e formação educacional que promova a permanência das famílias, sobretudo as crianças e jovens, no campo com seus modos de vida e de produção.

Referências

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Impactos socioambientales de la expansión del complejo territorial Eucalipto-Celulosa-Papel en el Cerrado Brasileño**. In: Estudios Sociales Contemporáneos. N. 5/6, 2012, p. 15-26. Disponível em: <<http://tinyurl.com/yar4oru5>>. Acesso dia 18/05/2015.

_____. Questão agrária, internacionalização e crise agroambiental. In: **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**. Edição especial do XXI ENGA-2012, p. 1-27, jun., 2014. Disponível em: <<http://tinyurl.com/y9ya2j2k>>. Acesso dia 18/05/2015.

_____. **A nova fronteira do eucalipto e a crise da reforma agrária**. Disponível em: <<http://tinyurl.com/y75xbap5>>. Acesso dia 18/05/2015.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para a construção de um projeto político e pedagógico da Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos A. De (Org.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília: Articulação Nacional “Por Uma Educação do Campo”, 2004, p. 13-52.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna. O campo da Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos A. De (Org.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília: Articulação Nacional “Por Uma Educação do Campo”, 2004, p. 53-89.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antonio M. (Ed). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2005. Disponível em: <<http://tinyurl.com/y92krtkk>>. Acesso em 09 de set. de 2015.

JESUS, José Novais de. Escolas Família Agrícola: perspectivas e desafios na construção de um projeto de educação do campo em Goiás. In: SOUZA, Francilane Eulália (Org.). **Geografia e educação do campo: para que e para quem serve a educação no campo do Estado de Goiás?** Goiânia: Editora Vieira, 2010, p. 133-156.

SILVA, João Paulo dos Santos. **“Produtores alimentam cidades”**: uma análise das práticas educativas da comigo na tecnoshow. 145 f. (Dissertação), Mestrado em Educação. Jataí: Universidade Federal de Goiás, 2015.

SOUZA, Francilane Eulália. O papel das escolas do campo para o fortalecimento do campesinato na disputa territorial no Estado de Goiás. In: SOUZA, Francilane Eulália (Org.). **Geografia e educação do campo**: para que e para quem serve a educação no campo do Estado de Goiás? Goiânia: Editora Vieira, 2010, p. 11-32.

Sobre o autor

Edevaldo Aparecido Souza

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) Campus de Três Lagoas (1994), Pós-Graduação Lato Sensu em GEOGRAFIA também pela UFMS (1999), mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) Júlio de Mesquita Filho, Campus de Presidente prudente (2005), doutorado pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) Campus Uberlândia (2013) e Pós-Doutorado pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus Três Lagoas. É professor titular da Universidade Estadual de Goiás (UEG) Câmpus Quirinópolis, com dedicação exclusiva. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Agrária e Geografia Cultural, atuando principalmente nas temáticas: Campesinidade, práticas socioculturais, transformações no campo, Cerrado, produção canavieira, mudanças na paisagem, nos territórios e nos modos de vida.

Artigo Recebido em Setembro de 2017.
Artigo aceito para publicação em Dezembro de 2017.